

‘Até a indústria estava viciada em juros altos’

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, prometeu reduzir o que o mercado vê como excesso de intervencionismo do governo, que já anunciou 15 pacotes para estimular a economia desde 2011. Segundo ele, a partir de agora, haverá “menos medidas”, que estarão restritas a desonerações fiscais. Abaixo, a continuação da entrevista:

● Além da pressão dos alimentos, a inflação tem sido puxada pelos serviços.

De fato. Essa alta nos preços dos serviços ocorre por conta do bom momento. A massa salarial está subindo, portanto, o poder aquisitivo da população aumenta. No caso dos bens industriais, se o produtor nacional aumenta o preço, o consumidor compra o importado. Mas com os serviços isso não é possível. Com o tempo, a concorrência se implanta, porque, se o corte de cabelo começa a ficar muito caro, logo alguém aparece fazendo o mesmo e cobrando menos. Mas, em março, os serviços não foram os vilões.

● Sempre que o governo precisou reduzir a inflação, o PIB estava forte. Este não é o caso agora. O que fazer?

Temos de buscar o aumento da oferta, com as medidas de desoneração tributária e o Plano Safra que estamos fazendo.

● E quanto ao aumento da taxa básica de juros?

Quem falou em elevar a Selic?

● O sr. disse (na sexta-feira de manhã) que o governo poderia tomar medidas impopulares para debelar a inflação. Uma alta da Selic não prejudica o PIB?

Na véspera do Copom, não me manifestei sobre juros, essa é uma questão para o Banco Central. O que me interessa é o juro de longo prazo, que serve para estimular os investimentos.

● A tendência agora é ter oscilações nos juros num patamar mais baixo?

Não há necessidade de voltar (para o patamar anterior de juros), porque a política monetária está mais eficiente e a economia já desindexou um pouco. Temos um patamar de juro um pouco maior que em outros países, por conta de um resquício inflacionário do passado. Há uma desindexação em curso, mas não é imediata. Além disso, a política monetária se tornou mais eficaz. O Brasil é um País mais normal hoje. Isso significa que, se precisar (subir os juros), não é necessário um tiro de canhão. Pode ser um tiro de metralhadora.

● Alguns economistas defendem alta do desemprego para reduzir a inflação. Isso é inevitável?

Não vamos jogar fora o maior avanço recente, que é não ter desempregados. Esse problema do aumento do custo da mão de obra tem de ser enfrentado com velocidade na qualificação da mão de obra. Até, se for o caso, deveria vir mão de obra de fora para essa transição. Também rebatemos essa questão com a desoneração da folha, que contrabalança o aumento do salário real em condições de

pleno emprego. Nos países com desemprego alto, o salário é mais baixo, mas não tem mercado. Qual é a vantagem? Acho um absurdo pensar que isso é uma vantagem. A população está muito satisfeita.

● O governo anunciou concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, mas os empresários pediram uma taxa de retorno mais atraente. O sr. já decidiu isso?

De fato, esse programa é fundamental para estimular os investimentos e aumentar a competitividade da economia. Isso é prioridade para o governo. Mas o programa só será bem-sucedido se apresentar uma rentabilidade que convide o investidor. No ca-

‘A pior coisa é ficar inerte, assistindo uma economia se degringolar’

so dos leilões de petróleo e gás, que faremos no mês que vem, a demanda é garantida, já temos 35 empresas inscritas. No caso das rodovias, nós começamos com duas, a BR 040 e a BR 116, cujos estudos para a concessão estavam velhos, tinham sido feitos em 2007. Nós revisamos todos os parâmetros. Aumentamos o prazo de concessão de 25 para 30 anos, reduzimos as taxas de juro, ampliamos o tempo de carência para começar a pagar, mudamos a posição dos pedágios, tudo para tornar o negócio mais rentável. Agora eu garanto que o investidor terá um retorno real, ou seja, descontada a inflação, de 10% ao ano.

● Então a taxa de retorno original, de 5,5% ao ano, foi superada?

Exatamente. A taxa de retorno do projeto vai aumentar também, mas para o investidor um ganho real de 10% ao ano está garantido. Nossa interesse é que essas concessões sejam bem sucedidas, que saiam do papel. Onde você consegue um retorno real de 10% ao ano num prazo de 30 anos? Não há alternativa de rendimento parecido com esse no mundo. O capital estrangeiro virá para cá.

● E a Petrobrás? Vai ter condições de investir?

A Petrobrás investiu R\$ 84 bilhões no ano passado. Este ano, a programação é de R\$ 97 bilhões. A Petrobrás dará a sua contribuição plenamente.

● A Petrobrás ainda precisa de mais um reajuste no preço da gasolina para recuperar a capacidade de investimento?

Eu não sei, perguntem para a Petrobrás.

● O sr. é o presidente do conselho de administração.

Aqui estou dando entrevista como presidente do conselho. Não sabia (risos). Falo aqui como ministro da Fazenda.

● O governo baixou 15 pacotes nos últimos tempos para reanimar a economia.

Não baixamos nenhum pacote. Está certo que fizemos hora extra no ano passado (risos). Mas é preciso distinguir medidas es-

truturais de emergenciais. Desoneração não é pacote, é permanente. Existem medidas que são para ajustar imediatamente a economia. Às vezes, o setor automobilístico começa a cair e, antes que desempregue, diminuimos o IPI.

● Os críticos dizem que esse intervencionismo deixa os empresários mais reticentes em investir. Como o sr. responde?

A pior coisa é ficar inerte, assistindo uma economia se degringolar. Não posso pensar: ‘Oh, que beleza, está valorizando o câmbio’, ou ‘Oh, que beleza, deixa o pessoal fazer arbitragem’. Aí explode a indústria. Se não tivéssemos tomado essas medidas para o setor automotivo, seríamos engolidos pelos importadores. Nas crises passadas, a indústria e o comércio eram destruídos e havia desemprego em massa. Nada disso aconteceu desta vez. A indústria cai uma hora, depois sobe, mas é assim mesmo. Agora serão necessárias menos medidas. O que vai continuar é o programa de desoneração. Todo mundo sabe e todo mundo quer. Vamos ter também a reforma do PIS/Cofins.

● Como vai ser exatamente a reforma do PIS/Cofins?

O PIS/Cofins é muito complexo, cheio de alíquotas diferenciadas e especiais. Só o regime dos tributos têm mil páginas. Vamos simplificar. E temos de permitir o aproveitamento dos créditos. Mas nós não temos dinheiro para fazer isso em 2013. Podemos até anunciar este ano, mas para valer em 2014. Em 2013, o mais importante é a reforma do ICMS, que está sendo discutida no Congresso.

● Por que mesmo com as medidas, o PIB não reagiu?

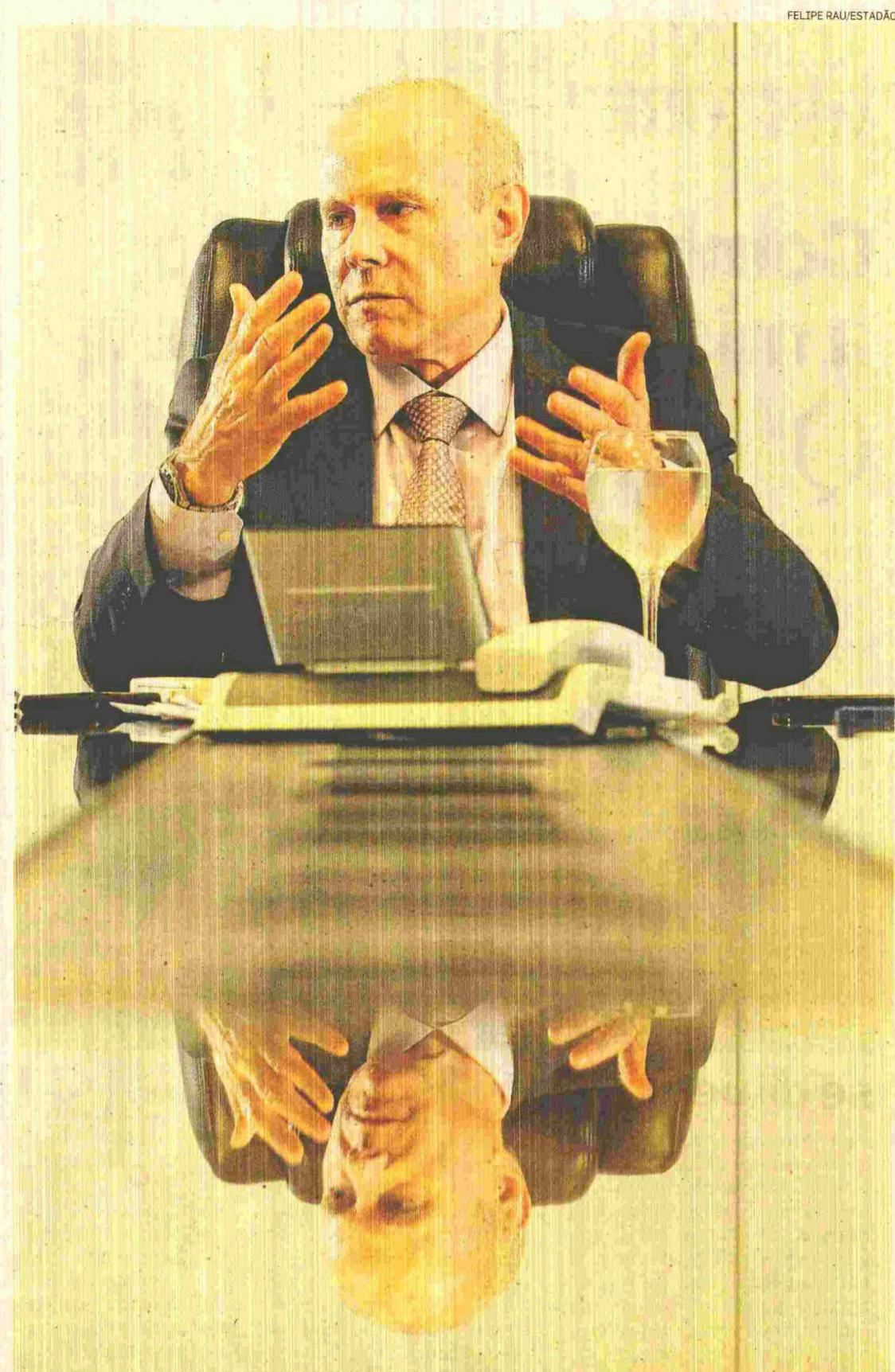
O que nos pegou de surpresa foi o agravamento da crise europeia, e as medidas que tomamos ainda vão levar um tempo para surtir efeito. Você reduz os juros e ele tem efeito dali a dez meses. Não vamos esquecer

‘As medidas que tomamos ainda vão levar um tempo para surtir efeito’

que o juro vinha caindo lentamente e só foi atingir o atual patamar de 7,25% ao ano em outubro do ano passado. Há um paradoxo na economia brasileira no caso dos juros e do câmbio.

● Como assim?

Vivemos muito tempo com juros altos, e a economia ficou viciada. Mesmo o setor produtivo tem uma parte do seu rendimento que é atrelado ao mercado financeiro, como uma forma de se defender. Mesmo as empresas que passaram a vida toda pedindo para cortar o juro, perdem, num primeiro momento, quando isso acontece. Com o câmbio, a lógica é a mesma, porque o setor produtivo tem empréstimos em dólar e compra máquinas e equipamentos importados. Isso só ocorre neste primeiro momento, depois há a adaptação. A economia está num momento de transição. Um programa de infraestrutura



Infraestrutura. Segundo Mantega, taxa de retorno das concessões ficará em 10% ao ano

ra, como o que lançamos em 2012, demora a ter efeito. O investimento vai começar a bombar mesmo em 2014.

● É preciso ter paciência?

Vamos lembrar que as desonerações começaram em 2012, e estão em curso ainda. Não se transforma um país do dia para a noite. Esse ano nós vamos crescer mais. As projeções do mercado são de um avanço de 3% a 3,5% do PIB.

● Qual é a sua projeção de crescimento do PIB?

Estou só observando as projeções para depois vocês não ficarem me cobrando (risos).

● Em 2011, o governo Dilma apertou a política fiscal e soltou a monetária. Em 2012, a Fazenda aumentou as desonerações. Qual é a política fiscal de 2013?

É a mesma. Sou ministro da Fazenda há sete anos e pratico sempre a mesma política fiscal:

séria, sólida, porém anticíclica. A novidade agora é a desoneração. Não estou gastando, mas devolvendo ao contribuinte ou deixando de cobrar um tributo.

Mantemos o superávit primário, porque quando o PIB crescer, vamos fazer o superávit cheio. Mas enquanto a economia está mais fraca, é preciso tomar medidas, com mais gastos em investimentos e em subsídios. Os gastos de custeio do Estado estão sob controle.

● As contas externas estão se deteriorando. Há riscos para o País?

Tivemos uma contração do comércio internacional no ano passado. Em 2013, aumentaram as importações de bens de capital, mas ainda não sabemos qual vai ser o comportamento das exportações. Talvez o mercado internacional melhore. É cedo para prognósticos. Não temos nenhuma dificuldade com fluxo de capital externo. Nos úl-

timos anos, nós inibimos o capital internacional. Se quisermos, é só eliminar as dificuldades que o capital vem.

● A importação de combustível cresceu muito, por conta da política do governo de reduzir o IPI para a venda de carros. Como quebrar esse ciclo?

A produção de etanol vai ser melhor este ano. Começamos a dar estímulos e vamos lançar mais medidas para o setor. O reajuste da gasolina já tornou o etanol mais competitivo. Temos a previsão de elevar a mistura de etanol na gasolina para 25% a partir de 1º de maio.

Teve um período em que o setor ficou meio parado, porque foi muito afetado pela crise mundial de 2008 e pelos preços dos combustíveis. Mas já está se recuperando e vamos tomar mais medidas para que o setor sucroalcooleiro volte a investir e expandir sua produção. /RAQUEL LANDIM e JOÃO VILLAVERDE